ANTI CAPITALISTA

N.º 36 (SÉRIE II) – FEVEREIRO 2021

REFINARIA DE MATOSINHOS E TAP, EMPREGO EM RISCO
PP. 04-05 e 06

LIÇÕES DE UMA DERROTA NAS PRESIDENCIAIS
P. 03

A DIREITA E A EXTREMA-DIREITA SÃO SÓCIAS.

VAMOS VENCÊ-LAS.

IR À LUTA

Ao longo do último mês, o mantra dos comentadores, maxime de gente próxima de António Costa, era que o Bloco e a sua candidatura presidencial iam ser punidos pela rejeição dos eleitores quanto ao voto no Orçamento. Vão ser castigados e, em contrapartida, o PCP vai ser recompensado pela fidelidade ao governo. Daí ao elogios de membros do PS para o candidato do PCP foi uma pequena distância, ou até ao envolvimento de alguns dos apoiantes de Costa em declarações de apoio a João Ferreira. Em geral, algumas opiniões de peso prosseguiram esta narrativa: tudo corre bem a quem apoia o PS nas suas escolhas governamentais e esse é o dever da esquerda.

A campanha de João Ferreira, eventual futuro secretário-geral, entusiasmou-se com esta promessa. A razão para concentrar o seu discurso na defesa da Constituição decorre da ilusão de que assim se poderia colar ao PS e obter alguns votos de um partido cuja direcção via com bons olhos o seu sucesso. Ora, o PS, que aprovou com o PSD e ao longo de décadas todas as revisões da Constituição, a que o PCP, e bem, se opôs, está mais identificado com estas normas, como estão hoje escritas, do que a esquerda que tentou impedir que elas fossem degradadas. Apesar disso, sendo a Constituição um livro de regras sobre a vida institucional e os compromissos do Estado, continua a consagrar direitos fundamentais e, de facto, provou ser um instrumento de atuação potente na limitação de alguns dos principais desmandos do governo de direita durante a troika. Mas só de alguns. O recurso ao Tribunal Constitucional impediu então alguns dos cortes nas pensões, mas não todos, e nisso foi de grande utilidade a invocação da Constituição. No entanto, não bloqueou a subida dos impostos nem o essencial da alteração das leis laborais ou outras medidas de empobrecimento. Como se verificou, a Constituição é uma arma para a defesa de direitos sociais se e quando há relação de forças social e institucional. Mas não define um programa político. Mais do que isso, com a Constituição um governo pode subir como pode reduzir as propinas, pode fazer ou não fazer concursos para profissionais de saúde, pode fazer ou não fazer investimento público. Essa é a diferença entre um quadro normativo e o programa político de um partido de esquerda, que quer desenvolver e aplicar medidas que, sendo constitucionais, definem regras que nascem da política. Por isso, o PCP enredou-se numa armadilha ao escolher fazer uma campanha institucional para se aproximar do PS nestas presidenciais.

O resultado provou o fracasso desta política. João Ferreira foi derrotado, como foi Marisa. Ele porque não polarizou a base social do seu partido nem conseguiu nenhum ganho com a aproximação ao PS no Orçamento ou com o discurso constitucional, ela porque uma parte da sua base eleitoral votou em Ana Gomes contra Ventura. O que leva a concluir que a doutrina de que a cedência do PCP no Orçamento lhe era benéfica foi desmentida e a tática eleitoral assente nessa aproximação fracassou. Esse fracasso tem consequências. Ao PCP está colocado o desafio de recuperar uma agenda social. Ao Bloco fica colocado outro desafio, o de recuperar o apoio desse eleitorado que votou em Ana Gomes (ou até em Marcelo, como aconteceu com os eleitorados do PS e PCP), mostrando como as suas propostas de saúde, económicas e sociais, que o levaram a condenar as pseudo-soluções orçamentais, são as medidas que resolvem e mobilizam. Só essa política pode simultaneamente enfrentar a direita e a extrema direita e recuperar a capacidade de impor soluções populares.

Esta é uma publicação da *Rede Anticapitalista*, em que se juntam militantes do *Bloco de Esquerda* que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 *Editorial*
Ir à luta

3 Presidenciais: o que se aprende numa derrota
Francisco Louçã

4-5 TAP: Uma estória muito mal contada
Heitor Sousa

6 Refinaria de Matosinhos: como não fazer uma transição justa
Andreia Galvão

7 EUA, Trump derrotado. E o trumpismo?
Luis Leiria

8 Leituras
Livro de Vozes e Sombras, João de Melo
Sempre estrangeira, Claudia Durastanti
Consentimento, Vanessa Springora

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andreia Galvão
Catherine Boutaud (capa)
Heitor Sousa
Luis Leiria
Rodrigo Rivera

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

PRESIDENCIAIS: O QUE SE APRENDE NUMA DERROTA

FRANCISCO LOUÇÃ

Na noite das eleições presidenciais, Marisa assumiu a derrota sem meias palavras: "Os resultados estão à vista: não são o que esperávamos, não são os que esperei". É assim que se deve falar quando se perde, como se deve sublinhar a vitória quando é o caso contrário.

Como é evidente, o fator essencial para a explicação deste resultado, num contexto de pandemia em que não foi possível fazer uma campanha diretamente junto da população, foi a polarização de voto em Ana Gomes para conseguir que Ventura não ficasse em segundo lugar. Essa realidade é confirmada pelas sondagens e pelos estudos eleitorais destas eleições. Na mesma noite das eleições, a sondagem da RTP, feita com uma amostra alargada de cerca de cinco mil votantes presenciais, indicava que o Bloco subia ligeiramente em relação a sondagem de há uns dias e que o PS baixa, mas tem mais do que o PSD e Chega somados. A derrota das candidaturas de Marisa e de João Ferreira são evidentes pelo facto de não terem polarizado uma parte dos seus campos eleitorais, nas circunstâncias que foram as desta eleição. E, como se confirmou, não foi a cedência do PCP no Orçamento que se traduziu em vantagem eleitoral.

Marisa reafirmou, corajosamente, que "aqui estou, como sempre, com mais energia do que nunca para as nossas lutas comuns". "Dei neste combate o melhor de mim", disse, acrescentando que "este resultado não é uma falta de comparência: hoje como ontem, amanhã como hoje, cá estarei para todas as lutas, para ganhar e para perder, como fiz sempre e como faz toda a minha gente". Essa confiança reconfortou quem se entusiasmou com a campanha e a sua viragem nos últimos dias. É essa persistência que permite a Marisa manter uma fasquia elevada: "Queremos um país solidário, é essa a nossa tarefa. Um país solidário que se junte pelo SNS e pelos seus profissionais, a nossa maior arma contra a pandemia, ou para defender a democracia". "Queremos e precisamos de um país solidário, que não aceite a crise e a divisão como política. Terá de respeitar quem vive do seu trabalho e combater a precariedade, devolvendo a esperança às gerações mais jovens, que têm sido as mais sacrificadas em todas as crises", acrescentou. Só posso aplaudir esta persistência e determinação. Marisa foi uma candidata forte e mostrou por que mereceu o apoio de tantas personalidades independentes.

Quando no passado tive responsabilidades no Bloco, passei e passamos por vitórias e derrotas, algumas mais amargas do que esta. Tivemos mais de 9% nas eleições legislativas de 2009, elegendo 16 deputados e deputadas, e depois caímos para 5% nas eleições de 2011, com oito deputados e deputadas. Essa derrota ocorreu num contexto muito duro, a direita ganhou essas eleições e governou durante quatro anos. Nada que se compare com a conjuntura presente, em que o governo é o mesmo e a vitória de Marcelo era esperada. Além disso, a derrota destas presidenciais encontra o Bloco em situação melhor do que há dez anos: tem mais força social, mais experiência e uma proposta política mais forte.

A esquerda aprende uma dura lição com o tempo que passa, lutamos sempre em circunstâncias sempre diferentes e há uma lei da vida, que é que, quando ganhamos, a direita se reorganiza, os inimigos mudam e não costuma ser para melhor. Sempre que a esquerda avança, como tem acontecido nos últimos anos, a direita radicaliza-se e é por isso que temos agora a extrema-direita a constituir uma parte tão relevante do mapa do conservadorismo e da reacção. O mundo mudou desde Trump e essa mudança está agora dentro de portas.

Nesse contexto, a esquerda saberá como recuperar, polarizando contra a aliança da direita e extrema-direita e procurando impor medidas sociais, que são prioritariamente as respostas ao fracasso do Orçamento: recompor o SNS com pessoal, carreiras e exclusividade das profissões de saúde, e medidas sociais e económicas para proteger as vítimas, as pessoas desempregadas e atingidas pela recessão Covid. Onde o Orçamento e o governo falharam, é onde a esquerda não pode desistir e deve conseguir fazer aprovar e aplicar as respostas de urgência que a crise exige. Essa é a esquerda de que Portugal precisa.

Francisco Louçã é professor universitário e ativista do Bloco.

FOTO: ANA MENDES

TAP: UMA ESTÓRIA MUITO MAL CONTADA

HEITOR SOUSA

Quando ouvimos e lemos acerca de um acontecimento onde, mesmo alguém desatento, se confronta com imensos buracos e zonas completamente brancas de um determinado enredo, a sensação que fica é que "estamos a ser enganados". O povo tem muitas expressões para isto mas uma das preferidas para retratar este tipo de "negócios", que envolvem Estado e privados, é "estão a ir-nos ao bolso", no que pode vir a ser mesmo um roubo organizado aos cofres públicos.

UM NEGÓCIO OBSCURO

Comecemos pelo "negócio". Por agora, vamos deixar de lado, a questão de saber como a TAP chegou ao estado a que chegou no ano da graça de 2019. Concentremo-nos no "negócio".

O governo aceitou injetar €1.200 Milhões (M) no capital da TAP e passar a ser o acionista largamente dominante da TAP, com uma quota equivalendo a 72,5% do seu capital social. Aqui surge a primeira perplexidade: porque é que o Governo não nacionalizou a empresa toda? Porque é que os 1.200 M€ que foram injetados não passaram a representar 95% do capital (trabalhadores têm 5%)?

É que isto é um detalhe das contas muito mal explicado. As contas são simples de fazer. Se 1200 M€ correspondem a 72,5% do capital social da TAP, os restantes 22,5% do capital do Grupo Barraqueiro passaram a valer cerca de 370 M€ de um dia para o outro. A que título? O Sr. Humberto Pedrosa (HP), tanto quanto se sabe, o único capital que injetou na TAP foi, nas vésperas da privatização em 2015, 10M€ em nome do consórcio com David Neelman. Mas agora, qual milagre dos pães, esses 10M€, passaram a valer 22,5% do capital, ou seja, cerca de 370 M€. É certo que que há aviões que vieram da Azul – os famosos 19 aviões de pequeno/médio curso – mas que estavam parados num aeroporto do Brasil havia cerca de um ano, pois a Azul estava na falência em 2015…

Pelos 17 aviões, alugados em regime de leasing à Azul, esta recebeu cerca de 400 M€, o que permitiu à Azul financiar-se junto da TAP, o que, conjugado com o "code sharing" que a Azul passou a ter com a TAP em todos os voos Portugal/Europa-Brasil, permitiu à primeira encavalitar-se na TAP e sugar "o sangue fresco do dinheiro" que a TAP/David Neelman punha à sua disposição. Instruindo o seu administrador, Antonoaldo, a desenhar uma estratégia absolutamente suicidária de crescimento da empresa com a aquisição de mais de 30 novos aviões, inseridos num plano de investimentos a seis anos superior a 2.000 M€, o resultado foi a TAP crescer apenas no ar, enquanto que, em terra, se enterrava num buraco que aumentou a cada ano, a partir de 2017: 118 M€ (2018), 134 M€ (2019), 582 M€ (1º Sem.2020). Como se sabe o ano de 2020 a partir de março está fortemente condicionado pelo efeito da pandemia.

Do conjunto de "episódios" que fazem parte desta estória, o que se conclui é que a entrada de Neelman na TAP, mesmo que com a ajuda "prestimosa" de Humberto Pedrosa foi a sua salvação, bem como de uma empresa falida – a Azul -, a qual passou a ser uma empresa "rentável" e "respeitável" de que é expressão a sua entrada na Bolsa de Nova York em 2018, onde apresentou como "argumento" para entrar no mercado bolsista o de fazer parte de um consórcio – a Atlantic Gateway -, detentora de 45% do capital da TAP e de, o próprio, além de ser dono da Azul, ser também o CEO do grupo TAP.

FOTO: SHOVAL ZONNIS @PEXELS

Portanto, o atual Governo, e em particular, o ministro responsável pela intervenção na TAP (Pedro Nuno Santos), é responsável não apenas por tudo aquilo que tem a ver com o dito "plano estratégico", mas também pelo "milagre" que operou nas contas do grupo privado Barraqueiro que, sem acrescentar um único Euro à TAP, viu o seu "capital" na transportadora multiplicado por 37 vezes pela alegada "jogada estratégica" do Estado ficar com o controlo da TAP e, em troco, o Sr. HP ficar sentado e calado à espera que caia algum da árvore das patacas em que a TAP se transformou.

UM PLANO-TABU

Sobre o dito "plano estratégico" que justificaria a injeção de 1.200 M€, a estória ainda é mais nebulosa. Um plano que ninguém conhece é algo verdadeiramente surpreendente. Isto porque estamos num contexto em que na opinião pública se discute o futuro da TAP, se a empresa deve viver ou morrer (PNS chegou a admitir esse cenário…), em que a direita defende a responsabilização dos vários governos do PS mas silencia toda a operação de privatização e a gestão ruinosa da Administração dos privados na TAP e em que o Governo Costa faz tabu do plano porque está à espera da resposta da Comissão Europeia.

Ou seja, o Plano estratégico de uma empresa que, em 2020, tinha mais de 10.000 empregos diretos e indiretamente cerca de 15.000 e que, em 2019, foi a maior exportadora nacional, responsável por trazer para o país cerca de 60% de todos os turistas, esse Plano é um documento que pode ser objeto de avaliação em Bruxelas mas não pode ser conhecido dos portugueses, dos trabalhador@s, do Parlamento ou da opinião pública em Portugal.

O que se sabe do dito PE é tão só quem é que vai pagar. Para já são os contribuintes, mas sobretudo são os trabalhadores da TAP que 25 anos depois de uma reestruturação feita por Cavaco, sofrem da mesma receita cavaquista para uma "reestruturação", com redução de oferta, em rotas e em aviões, cujos contornos estão sujeitos, não à aprovação do Governo ou da AR, mas sim de Bruxelas. Há 25 anos, com Cavaco e Ferreira do Amaral, houve uma redução de 2.600 empregos e congelamento salarial durante dois anos. Hoje, para além do despedimento de 1.259 precários (que já aconteceu), fala-se na redução de 2 mil trabalhadores e num corte salarial de cerca de 25% nas remunerações acima de um patamar a rondar os 1.000€. Do outro lado da pirâmide, e tal como aconteceu com Cavaco, os novos gestores da TAP vão ser brindados com generosos aumentos que chegam a duplicar ou triplicar os seus rendimentos, o que não deixa de ser uma autêntica provocação do Governo a quem trabalha.

Se, finalmente, em cima disto se confirmar que o projeto do Governo é, depois de reequilibrada à custa de quem trabalha, a TAP for vendida "limpa" e ao desbarato a uma Lufthansa ou outra multinacional, tal como aconteceu com o BES/Novo Banco, então aí estaremos a assistir a um roubo organizado absolutamente inaceitável.

A DEMOCRACIA PODE VENCER NA TAP

Todas estas questões deviam poder ser discutidas publicamente, com os trabalhadores da TAP desde logo e, depois, também nos meios de comunicação social, nos partidos, na Assembleia da República, na opinião pública. O Governo deve "libertar" do segredo dos gabinetes o que está a negociar nas costas dos portugueses.

Os Planos e o futuro da TAP merece ser discutido por todos os portugueses, a começar pelos próprios trabalhadores, em plenários, em reuniões sindicais ou fóruns de discussão pública, organizados expressamente para o efeito. Só depois de definido o futuro e por onde é que a TAP se deve desenvolver é que fará sentido definir uma estratégia e um rumo para a TAP com a correspondente definição dos recursos materiais e humanos necessários para atingir os objetivos definidos no médio e longo prazo. Ou seja: a receita de despedimentos e redução de salários, colocada à cabeça da resolução dos problemas das empresas em dificuldades é uma receita neoliberal clássica, igual às da troika e do governo PSD/CDS, mesmo que se pretenda vesti-la com roupagens de esquerda.

Aquando do processo da privatização em 2015, houve um alargado movimento da opinião pública, integrando movimentos como o "Não TAP os Olhos!", junto com sindicatos, partidos e associações profissionais, que reforçaram na opinião pública a ideia de que a privatização seria uma operação com cartas marcadas para favorecer os privados e absolutamente ruinosa para o país. Como se confirmou.

Cinco anos depois, seria de todo o interesse para a democracia que alguns dos principais protagonistas desse movimento não se calassem agora e que, em conjunto, fossemos todos e todas convocad@s para participar de um processo de discussão alargada que conduza o governo em optar por sacrificar os trabalhadores e ignorar os verdadeiros responsáveis pela situação em que a TAP se encontra: os partidos da privatização, os privados com David Neelman e Humberto Pedrosa à cabeça, que saquearam os cofres públicos com uma gestão ruinosa e que devem por isso ser chamados a responder pelos seus atos. Nunca os trabalhadores poderão ser carne para canhão dos erros de outros.

Heitor Sousa foi deputado do Bloco e é economista.

TRABALHO

REFINARIA DE MATOSINHOS: COMO NÃO FAZER UMA TRANSIÇÃO JUSTA

ANDREIA GALVÃO

A Galp vai encerrar a atividade de refinação em Matosinhos a partir do próximo ano e concentrar as suas operações de refinação e desenvolvimentos futuros no complexo de Sines, a empresa. A unidade de Matosinhos já tinha suspendido a produção de combustíveis devido à falta de procura causada pelo impacto económico da pandemia. Agora, com a decisão de encerrar a atividade de refinação em Leça da Palmeira, Portugal fica apenas com uma refinaria a operar em Sines.

A discussão sobre o futuro da refinaria ainda está a decorrer. Sabemos, no entanto, que é através do fundo de transição justa, incluído na famigerada "bazuca" de 750 mil milhões de euros (15 mil milhões, no caso português), que esta reconversão será financiada. O Ministro do Ambiente, Matos Fernandes, considera que o encerramento da unidade, apesar de inserido na transição energética, "levanta preocupações, sobretudo no que respeita ao destino dos trabalhadores afetos àquela unidade industrial". A refinação em Matosinhos conta atualmente com 400 trabalhadores efetivos. Mas sindicatos falam em mais de 1.500 trabalhadores afetados, contabilizando postos indiretos em fornecedores das operações industriais de Leça da Palmeira.

Há cerca de 20 anos que a GALP pensa em fechar a refinaria de Matosinhos. Não podemos, portanto, admitir a falta de preparação evidenciada pela GALP, uma empresa que tem vindo a ser paga através dos nossos impostos (o Governo é acionista da GALP).

Enquanto ativista climática, parece-me parodoxal não defender o encerramento das refinarias e centrais, essencial para a salvaguarda do nosso planeta, o cumprimento das metas carbónicas que temos de atingir. Contudo, não devem ser as pessoas mais fragilizadas a pagar por todas as crises, inclusive na crise climática. O setor laboral, pilar essencial para a manutenção da vida, não pode ser o mais afetado durante esta mudança.

A transição energética terá de ser um plano inevitável para evitarmos o colapso civilizacional da sociedade como a conhecemos. Isto implica reduções drásticas nas emissões carbónicas, logo, o fim urgente de toda a exploração de combustíveis fósseis, assegurando que tal acontece de forma responsável.

Mas como fazer uma transição justa? É preciso providenciar programas de requalificação laboral, que visem a sua transferência para setores sustentáveis para o meio ambiente e para as populações. Esta transformação no mundo do trabalho deve colmatar as grandes dificuldades nele sentidas: a precariedade, a discriminação e insegurança. É preciso um envolvimento do movimento sindical sempre que ocorram discussões que o implique, algo que não decorreu durante o processo de encerramento da refinaria de Matosinhos.

Além de não aceitarmos a inação climática, também não aceitamos falsas soluções, manobras políticas que escolhem a evasão na resolução de problemas reais. Encerrar a refinaria de Matosinhos não pode preceder a possibilidade de reconversão deste espaço para uma refinaria de lítio ou legitimar o reencaminhamento de toda a atividade económica que decorria neste local para o complexo industrial de Sines, mantendo o grau de impacto climático sobre o nosso planeta. Não esquecendo que substituir a produção nacional por importações não é uma solução.

O anúncio da GALP acerca do encerramento da refinaria de Matosinhos no final de 2020 tratou-se de uma decisão feita unilateralmente por uma empresa poluente, ignorando a opinião da população local e ignorando as reivindicações e preocupações dos movimentos sindicais.

Há muito que os nossos governos se deviam ter começado a preparar para este e para os próximos encerramentos: precisamos de uma formação profissional que prepare as pessoas agora empregues em setores poluentes para um futuro emprego sustentável; no caso de encerramento, a empresa precisa de assegurar os custos dos despedimentos dos trabalhadores; precisamos de um verdadeiro plano de nacionalização dos setores poluentes, com um massivo investimento público; não podemos permitir que o futuro do nosso país seja entregue a empresas privadas, envolvendo os trabalhadores e a população local.

(**esta e outras medidas podem ser consultadas no site da Campanha "Empregos para o Clima"** ***https://www.empregos-clima.pt/***)

É necessário tomar ação para conseguirmos 50% das emissões de gases com efeitos de estufa até 2030. Isto implica o encerramento de todas as infraestruturas poluentes, bem como o inevitável cancelamento de quaisquer projetos que visem o aumento de emissões. É nossa responsabilidade responder à maior crise das nossas vidas.

Andreia Galvão é ativista climática e estudantil.

FOTO: ALEKSANDAR J POPOVIC @PEXELS

INTERNACIONAL

ESTADOS UNIDOS, TRUMP DERROTADO. E O TRUMPISMO?

LUÍS LEIRIA

A invasão do Capitólio por uma multidão de fanáticos adeptos de Trump, no dia 6 de janeiro, tornou-se um inesperado revés para um presidente já derrotado nas urnas. O fracassado putsch de Trump, como está a ser chamado, enterrou definitivamente as suas contestações infundadas à vitória do democrata Biden. Mais ainda, poderá custar-lhe uma condenação que o impedirá de se recandidatar à Presidência nas próximas eleições.

O processo de impeachment contra Trump, aprovado na Câmara de Representantes com o voto dos democratas e de mais dez deputados republicanos, é sólido. O ex-presidente é acusado de incentivar uma turba dos seus mais indefetíveis apoiantes a invadirem o Capitólio para impedir a cerimónia da confirmação da vitória de Biden. Num discurso diante de milhares de adeptos, exortou-os a "caminhar até o Capitólio" para impedir o que ele considerava um roubo da eleição, pedindo-lhes que lutassem "como o demónio". Os manifestantes cumpriram a orientação, furaram as linhas defensivas da polícia e chegaram muito próximo dos congressistas, no momento em que estes eram evacuados da sala do plenário pela segurança da casa.

HAVIA PLANOS NO MEIO DO CAOS

O FBI investiga indícios de que a ação teria sido preparada por grupos de extrema-direita, cujos membros atuaram em coordenação e com objetivos, após terem feito anteriormente um levantamento do local. Isto é, a invasão não teria sido tão espontânea quanto pareceu à primeira vista.

O resultado da aventura foi, porém, esmagador para Trump. A confirmação da vitória de Biden foi proclamada ainda no mesmo dia, logo que retomado o controlo do Capitólio, e Trump foi forçado a reconhecer, pela primeira vez, a vitória de Biden.

Uma denúncia recente do New York Times revelou que essa foi apenas a tentativa derradeira de impedir a proclamação da vitória de Biden, mas não foi a única. Trump terá também estado à beira de intervir na Justiça, substituindo o Procurador-Geral por um nome que aceitasse contestar o resultado da eleição. Antes ainda, tentara convencer o seu vice-presidente, Mike Pence, a não reconhecer a vitória de Biden e portanto não a proclamar no Capitólio. Em nenhuma destas iniciativas Trump apresentou provas da tão alegada fraude eleitoral.

Isto não quer dizer que a aprovação do impeachment seja certa. Pelo contrário, parece muito difícil. É que a condenação de Trump no Senado teria que contar com o apoio de pelo menos 17 senadores republicanos. Ainda assim, o partido está dividido, com o líder republicano no Senado, McConnell, a admitir a possibilidade de votar a favor. Mas mesmo que Donald Trump seja impedido de se recandidatar à Presidência, quer isso dizer que o trumpismo acabou? Dificilmente.

RAÍZES PROFUNDAS

"Qualquer que seja a sorte do indivíduo, o trumpismo não será tão facilmente contido. As suas raízes são profundas", diz Noam Chomsky numa entrevista recente. Uma sondagem do Washington Post e da rede de TV ABC News revelou que 6 em cada dez republicanos acreditam que o partido deveria seguir Trump, em vez de traçar uma nova rota.

Os últimos acontecimentos puseram o partido à beira da divisão. Trump tem falado na criação de uma nova formação, o Partido Patriótico, que pode vir a tomar corpo ou servir apenas de chantagem para dentro do Partido Republicano.

Mas o futuro do trumpismo está também ligado ao desempenho da administração Biden. Se ela se limitar à restauração do establishment democrata, arisca-se a perder rapidamente a maioria recém-conquistada no Senado. Sob esse ponto de vista, a composição do gabinete do novo presidente, que chegou a acenar para esquerda democrata, não saiu do mainstream do partido. Bernie Sanders e a senadora Elisabeth Warren ficaram de fora.

"Gostaria de ver", disse Sanders à revista Politico, "progressistas na administração que lutassem pelas famílias de trabalhadores deste país, que acreditassem que a saúde é um direito humano, que garantissem que as universidades não têm propinas e que fossem agressivos em questões como as alterações climáticas, a injustiça racial, a reforma da imigração".

Não foi o que aconteceu.

Luís Leiria é colaborador do esquerda.net.

LIVRO DE VOZES E SOMBRAS

João de Melo, D. Quixote, Junho de 2020

Um projecto ambicioso em que o autor faz uma revisitação literária das aspirações revolucionárias do pós-25 de Abril e da Frente de Libertação dos Açores. Partindo daqui, o autor adentra na ditadura, nas guerras coloniais em África, no processo de descolonização e na vida dos retornados, e fá-lo sem aspiração pedagógica, não transformando o leitor no receptáculo de uma lição, e sem medo da semântica. A escrita é caleidoscópica e a narrativa toca em várias geografias em personagens diferentes e realistas, bem montadas, indo ao cerne de quem, pilhando, matando, violando, julga, ou pelo menos afirma, proceder bem. João de Melo descreve imposição de uma língua e de uma religião como forma de mascarar um pretenso intento civilizacional que não passa da imposição de uma civilização. Assim, o autor mostra o abismo que nasce da criação de uma relação de alteridade necessária às atrocidades: não são consideradas desumanas porque o outro não é assumido como humano em igualdade de circunstâncias. Pelo contrário, o outro, da perspectiva do colonizador, aparece como uma espécie subalterna, tanto intelectual como culturalmente, que só à custa dos colonizadores pode subir a escadaria da humanização.

Problematizando a identidade nacional, João de Melo mostra o vigor de um projecto literário que assume a história de um país como cerne da narrativa.

A.B.

SEMPRE ESTRANGEIRA

Claudia Durastanti, D. Quixote, Abril de 2020

Partindo de uma personagem participante que parece mais narrar do que fazer acontecer, Durastanti enfrenta uma condição de desterritorialização. Saltitando entre Brooklyn e Basilicata, uma aldeia em Itália, durante a sua infância, a autora mostra uma realidade em que o movimento de expansão não parece boicotar a criação de raízes, ainda que a protagonista tema ser "reduzida à liberalidade da sua existência". Aqui, uma cidade moderna servirá como pretexto para o anonimato, e este, pela ausência de carga de familiaridade, poderá servir como conforto. Em simultâneo, a relação com um lugar aparecerá como forma de definição de um indivíduo, num desfasamento que justifica o título: "quando uma cidade nos repele, quando não conseguimos entrar nos seus mecanismos mais profundos e ficamos sempre do outro lado do vidro, surge uma sensação frustrada de mérito, que pode tornar-se uma doença" (p. 167). No romance, sente-se a intensidade do que é volátil, ao mesmo tempo que a angústia de um estar sem estar, ou de um não estar a querer estar muito.

A.B.

CONSENTIMENTO

Vanessa Springora, Alfaguara, Setembro de 2020

Neste livro, que é um relato, autora e narradora são uma só, e Springora escreve sobre a sua vida na década de 80: com 14 anos, inicia uma relação "amorosa" (deverá dizer-se "erótica"?) com Gabriel Matzneff, escritor francês na casa dos 50.

Lendo-se a sinopse, percebe-se o incómodo do título: pode uma criança dar consentimento? Ao longo do livro, a perspectiva é clara: a criança gosta do contacto inicial, o interesse do homem – velho, artista, reputado – legitima o seu ego. Logo de início, também fica claro o desconforto,

O predador faz o seu ataque, blinda tudo em volta deles. Confessa-lhe o passado dissoluto, apresenta-a como redenção. Não serviria o amor para redimir qualquer pecado? Sobre esse amor entre uma criança e um homem de meia idade, cairiam as angústias, as condenações dos outros, a lei. Matzneff manipula, põe tudo a seu serviço: os outros é que são puritanos, os outros é que querem blindar a liberdade sexual.

Matzneff não é discreto, os seus livros estão pejados do que faz e com quem, das meninas que explora, dos meninos das Filipinas com quem tem orgias. Enquanto mantém a relação com Springora, desfaz-se em acrobacias para ver as suas outras amantes, todas elas jovens, todas crentes no seu amor em pé. E Matzneff usa tudo isto não apenas para dar vazão às suas compulsões, mas também para alimentar o seu ofício literário. Ali, reproduz histórias, publica as cartas das crianças, faz apologia à pedofilia como um modo de vida bravo, sempre em riste com os puritanos que querem confinar o corpo. Usa ainda esse terreno para manipular as relações que tem, uma moeda de troca para exercer domínio. E brandirá a perversão num romance novo, contando com a complacência do meio intelectual francês, com os ouvidos moucos de Paris.

A vítima entende que o amor prometido nunca buscaria a eternidade, já que o predador procurava apenas a transitoriedade da sua adolescência. E, pela vampiragem da escrita, agia pela conversão de alguém em matéria: primeiro, de desejo sexual; depois, de texto a ser escarrapachado em gráficas.

A impunidade do escritor é o que aqui salta à vista e não se entende que haja estatuto de excepção para um artista, que ainda por cima publica os seus feitos sem contemplações. Tratado como uma casta à parte, parece ter o privilégio da suspensão da moral para que nada bloqueie "a sua obra", assumindo-se um estatuto da arte superior ao da vida. Mas, no caso, a literatura não é arte, mas um salvo conduto para a impunidade.

A.B.

CONTACTOS
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**